

**Protocolo de Cooperação
entre a**

**Associação de Municípios do Médio Tejo
e o
Instituto Geográfico Português**

Considerando que:

A informação geo-referenciada é um suporte imprescindível à realização das actividades de planeamento, ordenamento e gestão do território;

A Associação de Municípios do Médio Tejo, doravante designada por AMMT, carece de cartografia para as suas múltiplas actividades nomeadamente, no âmbito da gestão urbanística, planeamento de pormenor, gestão e exploração de infra-estruturas urbanas;

O Instituto Geográfico Português, doravante designado por IGP, é o organismo responsável pela execução da política da informação geográfica;

O IGP é responsável pela promoção, em coordenação com outras entidades públicas legalmente competentes, da cobertura cartográfica do território nacional;

O IGP, enquanto autoridade nacional de cartografia, deve apoiar e enquadrar as iniciativas deste âmbito, no sentido de integração num sistema coerente que reuna e disponibilize a informação geográfica aos vários utilizadores, aos níveis nacional, regional e local.

É celebrado o presente protocolo de Cooperação entre o IGP, com sede na Rua da Artilharia Um, 107, em Lisboa, representado por Arménio dos Santos Castanheira, na qualidade de Vice-Presidente e a AMMT, com sede em Constância, representada por António Paulino da Silva Paiva, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração, o qual se regerá pelas seguintes cláusulas:

**Cláusula 1ª
Âmbito geográfico**

A área geográfica de actuação da AMMT integra as áreas dos Municípios de Abrantes, Alcanena, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Mação, Sardoal, Tomar, Torres Nova e Vila Nova da Barquinha, sem prejuízo da sua extensão ou restrição decorrente das alterações legislativas a publicar em matéria de descentralização administrativa.

Cláusula 2ª

Objecto

1. O presente Protocolo tem por objecto definir e regular a cooperação a estabelecer entre a AMMT e o IGP, nos seguintes aspectos:

- a) Produção de cartografia digital à escala 1:2 000 para todas as áreas urbanas dos concelhos integrantes da AMMT;
- b) Homologação da cartografia digital produzidas pela AMMT à escala supra referida;
- c) Informatização dos elementos gráficos e alfanuméricos – rasterização e geo-referenciação dos elementos gráficos e digitação dos elementos alfanuméricos – resultantes das operações de cadastro geométrico da propriedade rústica dos concelhos integrantes da AMMT, estruturados tendo em vista a futura integração desses dados num sistema de informação que facilite as operações de actualização de cadastro e a sua utilização pelos respectivos municípios.

Cláusula 3ª

Constituição de Grupo de Trabalho

O IGP e a AMMT comprometem-se a criar um grupo de trabalho com técnicos das duas instituições, com vista a dar execução ao presente Protocolo.

Cláusula 4ª

Acções e Responsabilidades

De acordo com o objecto do presente Protocolo, ambas as partes signatárias acordam em promover e realizar as acções abaixo discriminadas, consoante as seguintes áreas de actuação:

1. Cartografia Digital à escala 1:2 000

- a) A AMMT promoverá a realização dos procedimentos necessários à produção da cartografia digital à escala 1:2 000;
- b) Para o efeito, o IGP promoverá a execução do metacontrolo da verificação da qualidade do produto final e apoio técnico no processo de produção;
- c) O IGP disponibilizará apoio técnico à equipa da AMMT, nomeadamente, na validação e completagem do produto final;
- d) A AMMT cederá gratuitamente ao IGP os direitos de utilização da cartografia produzida e respectivas actualizações para sua utilização interna;

- e) O IGP promoverá gratuitamente a homologação desta cartografia e a evolução para cartografia oficial quando tal for considerado por qualquer das partes como necessário e conveniente, bem como o fornecimento gratuito de versões actualizadas.

2. Cadastro Geométrico da Propriedade Rústica

2.1 Obrigações do IGP

- a) Fornecer à AMMT a base de dados a ser preenchida pela AMMT com a informação correspondente à componente alfanumérica do cadastro;
- b) Disponibilizar à AMMT para cópia, nas instalações do IGP, os originais das fichas de prédio dos municípios seus associados;
- c) Disponibilizar à AMMT o acesso para "*rasterização*" dos originais das plantas cadastrais referentes ao cadastro geométrico da propriedade rústica dos municípios de, Alcanena, Ferreira do Zêzere, Sardoal, Tomar e Torres Novas;
- d) Fornecer as secções cadastrais em formato *raster* (tiff), geo-referenciadas no sistema Hayford-Gauss, Datum Lisboa, com origem das coordenadas no ponto fictício, dos Concelhos de Abrantes, Constância, Entroncamento, Mação e Vila Nova da Barquinha;
- e) Fornecer apoio técnico e formação aos técnicos da AMMT;
- f) Fornecer à AMMT os gráficos de ligação (plantas de enquadramento) das Secções;
- g) Conceder à AMMT e seus associados, para uso no âmbito das actividades que lhes são específicas, uma licença gratuita de utilização do cadastro geométrico da propriedade rústica.

2.2 Obrigações da AMMT

Fornecer ao IGP toda a informação referente ao cadastro geométrico da propriedade rústica em formato vectorial referente aos municípios associados da AMMT bem como a base de dados "carregada" com os elementos alfanuméricos referentes às fichas dos prédios.

2.3 Obrigações Comuns

Quaisquer trabalhos que venham a ser realizados tendentes à produção, ou conservação de cadastro ou referenciação geográfica da propriedade serão reciprocamente cedidos, a título gratuito, entre as partes signatárias.

Cláusula 5ª

Gratuidade de dados

A transferência de informação referida na Cláusula 4ª - pontos 1 e 2, entre os outorgantes, efectuar-se-á gratuitamente.

Cláusula 6ª

Prazos

Os dados referidos na Cláusula 4ª - ponto 2.1, alíneas a), c), d) e f), serão entregues pelo IGP, à AMMT até quatro semanas após a assinatura do presente Protocolo.

Cláusula 7ª

Direitos de Autor relativos aos dados fornecidos pelo IGP

1. Os dados fornecidos pelo IGP encontram-se protegidos pelo disposto na lei portuguesa e internacional sobre direitos de autor e não podem ser utilizados para finalidades distintas das protocoladas, nomeadamente, copiados, divulgados ou cedidos a terceiros, sob qualquer forma, a título oneroso ou gratuito, sem autorização expressa do IGP.
2. A utilização e divulgação externa dos dados, por qualquer meio ou sob qualquer forma, implicam ainda a menção expressa da sua proveniência e autoria.

Cláusula 8ª

Alteração ou revisão do Protocolo

1. O presente Protocolo poderá ser objecto de alteração ou revisão em qualquer momento, mediante proposta formulada nesse sentido por qualquer das entidades signatárias.
2. Uma vez aceites e validadas, através de assinatura dos representantes legais das entidades signatárias, as propostas de alteração ou revisão são aditadas ao Protocolo, dele passando a fazer parte integrante.

Cláusula 9ª

Vigência

O presente Protocolo vigorará pelo período de três anos, considerando-se sucessivamente renovado por iguais períodos se nenhuma das partes se pronunciar em contrário até três meses antes da data de termo.

Cláusula 10ª

Resolução

1. A qualquer das entidades signatárias é conferido o direito à resolução do Protocolo caso se verifique ter havido da outra parte o incumprimento reiterado de uma ou mais obrigações nele expressas ou dele decorrentes.
2. Não serão considerados factores que determinem incumprimento, os que resultem de causas externas à vontade dos signatários.

Cláusula 11ª

Interpretação

1. As dúvidas suscitadas pela aplicação do presente Protocolo serão esclarecidas por comum acordo entre as entidades signatárias, segundo o princípio geral da interpretação mais favorável à prossecução do objecto expresso na Cláusula 2ª.
2. O presente Protocolo merece a concordância de ambas as entidades signatárias e é assinado pelos respectivos representantes legais, em dois exemplares.


Constância , 8 de Maio de 2003.

Pela AMMT



António Paulino da Silva Paiva
Presidente do Conselho de Administração

Pelo IGP



Arménio dos Santos Castanheira
Vice-Presidente